

**ATA DA REUNIÃO-CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
CMDR**

**Data: 07 de Julho de 2022- Horário: 16:30hs**

**Local: Auditório do 7º andar do Paço Municipal**

---

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, o Presidente José Dimas deu início à plenária do CMDR, cumprimentando a todos os conselheiros que estão presentes no auditório e os que estão via remota. Inicia a reunião informando que está deixando a cadeira que ocupava de titular na SEURBS dentro da Divisão de Desenvolvimento Rural, e compoendo a representação como titular na Secretaria de Apoio Social ao Cidadão e suplência seria Rosângela Machado. Na titularidade do CMDR ficaria o atual chefe de Divisão Emerson Fernandes. Dando continuidade, informa que terá a apresentação de alguma câmara técnica, sugestões para liberação de instalação de energia elétrica na zona rural, o Programa Piscicultura, onde tivemos a visita da Câmara de Comércio do Brasil e Camarões, uma visita muito interessante com o Claudinei do Pesqueiro Santo Amaro e a esposa Regina e alguns prefeitos de Camarões. Com a palavra a conselheira Jeane que vai trazer algumas novidades no Parque Tecnológico, de 23 a 26 de agosto um evento de tecnologia. Outra novidade muito boa foi que fechou com a Esalq de Piracicaba que virá para orientar a região para fomentar a agricultura e pecuária. Para desenvolver os projetos que temos aqui, com o apoio da prefeitura ao Agropolo Vale, junto a EMBRAPA, SEBRAE e outras instituições. Que está sendo feito um grande planejamento para que nossa região tenha um modelo de negócio, para não só fomentar a agricultura, mas dar condição do escoamento. Na próxima reunião trará mais novidades assim que estiver tudo oficializado e planejado. Presidente pergunta se todos receberam a Ata da plenária do dia 05 de maio, nenhuma observação, aprovada por unanimidade. Segue para o segundo assunto com referência as instalações de energia elétrica na área rural com a participação remota do secretário Minoro e a diretora Lola que cuida dos assuntos referente às concessionárias. Que a EDP tem feito um investimento muito grande em São Francisco Xavier, desde que instalou uma nova subestação nos autos da Vila Paiva, para abastecer toda a região norte, São Francisco e Monteiro Lobato. Com a palavra Renato Veneziani, que vai falar a respeito da questão da necessidade da zona rural, da falta de energia elétrica. Com a palavra o conselheiro Renato Veneziane, que explica que na realidade quando chega o pico de energia, a chuva, os problemas da zona rural são complicados. Que tem acompanhado, principalmente na região de Santo Agostinho, que a EDP está demorando



a trazer um posicionamento sobre os problemas que a zona rural sofre. Que já comentou em reuniões anteriores, mas reforça agora na presença do Minoro e Lola que a prefeitura fez um desvio de estrada mais de quarenta anos no Santo Agostinho de Baixo e a energia continua passando na estrada velha, que já não existe mais, e que os postes estão no meio do pasto de uma fazenda, alguns caíram devido vendaval e o próprio fazendeiro teve que ajudar a EDP com tratores e funcionários. Que já foi feita uma reunião na EDP em 2018, e agora pede que seja feita alguma ação junto com a prefeitura e cobrar que passe esses postes para a via principal, uma vez que ela foi alterada. Que sabe que a EDP está fazendo bastante manutenção na região, mas existem problemas pontuais, e acredita que são coisas simples de ser resolvidas. Com a palavra o secretário Minoro que cumprimenta a todos e diz que o estreitamento com a secretaria é com a Lola diretora da Divisão de Concessionárias para agilizar eventuais problemas pontuais conforme Renato mencionou. Que a EDP está realizando um trabalho de cabeamento de fiação blindada, para evitar novos “gatos”, ligações erradas e irregulares. Com a palavra Lola, que se prontifica a fazer uma vistoria em algumas situações que está acontecendo na zona rural nos pontos mais críticos até para poder agilizar junto à EDP, uma solução. Lola destaca que é muito importante que haja reclamação formal perante as concessionárias, porque através desse protocolo que terá todas as informações e terá meios de cobrar com mais energia. Que as informações são muito importantes e entra nos relatórios gerenciais. Eles têm normas a cumprir, então é fundamental que a população em geral, como um todo, formalize perante as concessionárias. Presidente agradece ao secretário Minoro, da Manutenção da Cidade e à Lola diretoria da mesma Secretaria. E, com referência as ligações de luz na zona rural, e ao TAC celebrado entre prefeitura e ministério público, é preciso buscar uma solução. Renato lembra que é a terceira reunião que se discute o mesmo assunto e que está na hora de encaminhar uma proposta para resolver. O Rodolfo também já se posicionou na reunião passada, sobre esse problema e que o sindicato está com muitas reclamações, quanto ao novo ponto de energia, dentro da propriedade rural. Sugere que dentro desse TAC a prefeitura através do Ponto Rural poderia ter uma autorização junto à EDP, já que tem ferramentas para poder estar agilizando esse processo. Presidente concorda com Renato, entendeu a questão, já foi discutida nesse Conselho e na plenária veio um convidado produtor rural que irá explicar o processo. Com a palavra Fábio, que inicia explicando que tem um problema com a EDP, é produtor rural, que precisa de energia na sua área rural, têm todos os documentos, CCIR, escritura do terreno, mais de 20 mil metros de área. Precisa colocar uma iluminação na porteira, precisa fazer uso de uma picadeira, quer pôr um piquete para o gado não passar do outro lado da cerca, que a prefeitura pede um projeto e

sem o cartão de numeração não consegue a ligação. Lola explica que existe um Termo de Ajuste de Conduta entre EDP, Ministério Público e prefeitura e uma das coisas pré-estabelecida é com relação às novas ligações em área rural, enfim, um dos requisitos é o cartão de numeração. Que tem limitações para poder fazer uma nova ligação e finalmente a EDP está cumprindo o TAC. Ela não está realizando novas ligações se não tiver o cartão de numeração, isso para evitar loteamentos clandestinos, ocupações irregulares. Lola se prontifica a verificar a documentação do Fábio e fazer contato com o Ministério Público relatar esses casos particulares e pegar uma autorização para poder fazer essas ligações. Renato concorda com Lola em procurar o Ministério Público e procurar resolver cada caso. Com a palavra Juarez da SEURBS, que pergunta a Lola, se para ligar a luz o módulo mínimo é de 20 mil metros, então entende que é uma questão de procedimento, não é propriedade irregular. Então, verificada a documentação da área, CAR, CCIR, documento de propriedade, uma vez vencida essa questão da documentação, talvez seja o caso de fazer essa consulta com o Ministério Público e não vê nenhum impedimento e não está sendo cometida nenhuma ilegalidade ao permitir que se ligue energia elétrica nesses casos. Com a palavra Engenheiro Rodolfo da SEURBS, que respondendo as dúvidas, cita como exemplo uma área urbana da cidade, onde tem um terreno e quer fazer muros de divisa no imóvel e o proprietário solicita cartão de numeração para efetuar a ligação junto à EDP. Esse cartão de numeração não é emitido sem a aprovação de um projeto, isso por conta do próprio TAC que só veio a reforçar isso e que já mencionou o assunto nas reuniões passadas. Que houve um equívoco na assinatura do TAC em 2016 porque a administração naquela época vinculou a figura do cartão de numeração. A impressão é que para obter o serviço da concessionária de água e luz é um serviço prestado pela prefeitura. Rodolfo explica que o cartão de numeração, ele não existe por si só e não é um serviço prestado pela prefeitura. O serviço prestado pela prefeitura é a aprovação de projeto que, por consequência, gera um cartão de numeração. Então só tem um cartão de numeração, quem tem projeto aprovado. Lembra que o TAC foi firmado em 2016, para tentar coibir os parcelamentos irregulares que acontecem majoritariamente na zona urbana, mas que acontecem também na zona rural. Hoje tem relatos do projeto Observa identificando parcelamentos irregulares na zona rural, em áreas com menos de dois hectares, menos do que os 20 mil metros do módulo rural. Sugere que o conselho ou a própria prefeitura marque uma nova reunião com o MP, para reavaliar essa situação das propriedades rurais como o caso do Fábio. Que já vinha conversando com o Vinicius, do Ponto Rural, para tentar achar uma solução. A situação de não conseguir fazer a ligação de uma cerca elétrica, colocar um ponto na porteira, uma câmera para controle da propriedade porque não tem a



energia. Que não é obviamente, a mesma situação do parcelamento irregular, que se tentou coibir em 2016, mas guarda uma similaridade por permitir para aquele que está mal intencionado e não vamos legislar pelo errado. Mas na prefeitura, a gente não pode deixar de olhar esse lado e o objetivo é não permitir o parcelamento irregular, seja na zona urbana ou na zona rural. Acredita que numa solução viável, um caminho para tentar fazer uma nova reunião com o MP, apresentar esse problema, buscar uma retificação, um adendo a esse TAC para o caso específico do Fábio e de outros produtores rurais que tem CCIR, tem CAR, ITR, e tem a propriedade regular, de modo geral sem edificação. Presidente sugere que o caminho talvez seja melhor e mais fácil, oficializar através do Ponto Rural, elaborar um texto e após a prefeitura pedir ao Ministério Público, uma agenda para rever o TAC visto que surgiram vários casos. Com a palavra Lola que se coloca a disposição, pede que sejam encaminhados para a secretaria os documentos que tiverem para buscar solucionar o maior número de situações críticas, de imediato. Presidente agradece Lola e o secretário Minoro pela ajuda. Vinicius sugere o agendamento mediante o apoio do governo atual, uma reunião com o Ministério Público, que há dificuldade na área rural, mas que estamos enfrentando um período diferente. Durante a pandemia, muitas propriedades rurais foram compradas e muita gente passou a ser novo produtor rural e estão esbarrando no sindicato rural com essa questão da ligação da luz. Eles procuram o sindicato para resolver uma série de questões documentais e um dos problemas que é levado ao sindicato é justamente esse. Que o Ministério Público é um órgão representativo da sociedade e faz valer os direitos. Com a palavra Rodolfo que complementa o que foi dito pelo Vinicius, que o TAC foi assinado em 2016, teve a participação da SAJ, a Secretaria de Apoio Jurídico e a EDP e que a SABESP não compareceu. O caminho segundo Rodolfo seria usar de forma inversa, já que o que motivou o TAC foi o número excessivo de construções irregulares e agora uma revisão, um adendo ao TAC seria o número de produtores rurais que estão com essa demanda e regulares. É óbvio que o MP, apesar de ser um representante da sociedade, ele vai olhar com outros olhos. Visto que a questão é legal, que o direito do cidadão não pode ser cerceado. Se ele tem a documentação correta, atende a legislação parte-se do princípio, de que o Ministério Público deve reconhecer o direito dele. E é uma solução que deve vir mediante o cumprimento da lei. Com a palavra o conselheiro Rodolfo da SID, representante do turismo, que comenta sobre ao que foi discutido, ele concorda em marcar uma reunião com o MP e solicitar a mudança no TAC. Presidente segue com a pauta, solicita a presença de Claudinei e sua esposa Regina, para compartilhar com o conselho um pouco dessa experiência da Câmara de Comércio Brasil/Camarões. Com a palavra Claudinei que inicia contando um pouco da sua trajetória.

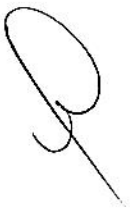


que está na roça como produtor há sete anos, se especializou na área de piscicultura. Estudou bastante a respeito e focou na criação. Quando surgiu a possibilidade de ter um pesqueiro, tocou durante um período, até começar a pandemia. Na pandemia fechou o pesqueiro e começou a criação de peixe, desenvolvendo matrizes, alevinos juvenis de várias espécies. Hoje trabalha com 28 espécies de peixe, fez um investindo e chegou até uma empresa chamada Tassi, de Limeira. Que foram selecionados entre todos os trabalhadores na área, fizeram testes e fez uma parceria. Desenvolveu alguns projetos juntos e chegou até Camarões. Que a primeira turma que veio ao Brasil, foram engenheiros formados na aquicultura, eles conheciam a teoria, mas não tinham a prática. Alguns engenheiros vieram para investigar se tínhamos conhecimento e capacidade. Eles aprenderam a montar um laboratório e desenvolver, conhecer as matrizes, como funciona a questão de genética dos peixes e selecionar os melhores para poder reproduzir. Todo esse desenvolvimento de laboratório, fizemos com eles. Eles divulgaram e veio mais um grupo, dessa última vez de 17 pessoas e dentre eles, sete prefeitos e alguns membros da Embaixada. Que fechou vários projetos para tocar em quatro cidade de Camarões. Uma história longa, um trabalho de 30 anos só com eletrônica e elétrica, nada a ver com peixe. Que indo para a zona rural, através do próprio SENAR, teve alguns cursos voltados para a área. Fez um curso de piscicultura onde acreditou ter potencial e hoje presta consultoria no estado de São Paulo, para alguns lugares de Minas até no estado do Paraná, um local forte nessa área de piscicultura. Que dá consultoria e faz os projetos para desenvolver. Com a palavra Regina, que se mudou para a zona rural e não sabiam muito lidar com a terra, nada da zona rural. Que ficou sabendo dos cursos do SENAR na época fez vários cursos para poder se adaptar à zona rural. Demorou um ano para tirar o primeiro pé de alface e num desses cursos, ficou sabendo que tinha piscicultura, como já tinha a propriedade e tinha peixes conseguiu fazer oito cursos, cedendo à propriedade, para poder fazer lá e isso foi agregando e acabou desenvolvendo a parte de piscicultura. Que procurou o Ponto Rural, tirando informações, muitos documentos, CAR, CCRI, não sabia o que era, mas chegava e perguntava. Um lugar bem estratégico que realmente podemos tirar todas as informações. Com a palavra Claudinei que tem em novembro viagem marcada para Camarões num seminário e vai ficar uns 90 dias, que é o limite máximo, projeto que vai ser executando. Presidente lembra que o prefeito Anderson Farias, já mostrou interesse e assinou um protocolo de intenção de tornar Camarões um país irmão. Ele vai ceder algumas tecnologias, algumas inovações para o país. Claudinei tem a intensão de montar um instituto voltado não só para produzir, mas para desenvolver novas técnicas. Que seus contatos são diretos com as universidades, onde traz conhecimentos. Com a palavra Renato Veneziani que

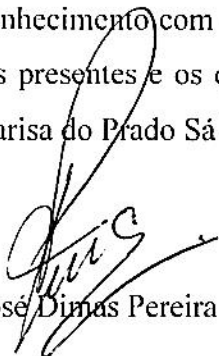




em primeiro lugar agradece ao Claudinei por ter procurado o Ponto Rural e enfatiza que o sindicato rural junto com o programa do SENAR, disponibiliza vários cursos, todos de graça. Fica feliz que o casal soube utilizar o curso e se coloca à disposição para o que precisarem. Que tem uma programação extensa para o segundo semestre, no curso do SENAR. Pede ao presidente que sejam mobilizadas mais pessoas. Sabemos que vocês tem conhecimento, mas uma parte regional do estado de São Paulo em Pindamonhangaba tem um estudo muito grande sobre peixes. Que estão sendo feitos trabalhos excepcionais dentro da piscicultura. Presidente passa a palavra para Juarez, da SEURBS que parabeniza Vinicius, do Ponto Rural e o Presidente José Dimas, que leva a bandeira e da grande responsabilidade que colocou o Ponto Rural, e que várias cidades do Vale do Paraíba têm copiando o Ponto Rural. Parabeniza Claudinei e Regina por essa espetacular iniciativa e diz que eles fazem parte do novo produtor rural. Mas esse novo olhar que estamos vendo no rural de São José, como produtores de apicultura, olericultura, piscicultura, Shitake. A ideia é muito bacana, de trabalhar com as cadeias produtivas, os arranjos produtivos locais, que aponta para comercialização, como: a cadeia do peixe, do mel, olericultura, silvicultura. Parabeniza o casal, um exemplo que estão dando, para que outras pessoas também possam ter essa visão e somar junto nesse projeto de piscicultura. Presidente agradece Juarez pelas palavras e passa a palavra para Emerson chefe do setor do Desenvolvimento Rural na Sala do Empreendedor, que cumprimenta a todos e diz que o acontecimento que está levando gente da cidade para o campo, e isso vão interferir na cadeia de alimentos do país. Que o povo tem que ser preparado para começar a produzir na terra, alimentos orgânicos, alimentos saudáveis. Agradece a parceria com Renato Veneziani e o carinho que ele tem tido com a cidade, com os produtores. Agradece também o Presidente pelo trabalho que desenvolveu junto ao Desenvolvimento Rural, criando o Ponto Rural, ao Vinicius pelo trabalho que ele tem feito. Com a palavra Vinicius que responde ser uma batalha e conta sempre com apoio do governo e apoio do Felício Ramuth, Anderson e Secretário Mano, com a força e o empenho do José Dimas na Câmara Municipal à época. E com referência à ligação de energia elétrica, parece ser um assunto simples, mas é complexo, tudo decorrente de pessoas irresponsáveis, que parcelam o solo da zona rural indevidamente e isso gera graves problemas ambientais e sociais para a cidade. Mas pessoas como o Claudinei e Regina são pessoas como vocês que encararam a terra e a água com respeito e hoje vivem da terra, além de produzir alimento, protegem o nosso solo. O produtor rural precisa do apoio do poder público para ele continuar fazendo o que vocês estão fazendo. A única forma de frear a pressão urbana na zona rural, de forma irregular; é através de o produtor rural estar trabalhando e produzindo. Presidente



agradece Vinicius e passa a palavra para Claudinei que agradece Renato, Vinicius, Émerson, que não conseguiria nada sem buscar conhecimento, tanto no Ponto Rural, quanto no Sindicato Rural. Que agora estão vendendo conhecimento e atravessando o oceano. Que não imaginava chegar tão longe, mas ainda tem muito ainda para produzir e desenvolver. Vamos dividir nosso conhecimento com outras pessoas. Presidente agradece a participação do casal, aos conselheiros presentes e os que estão via remota, nada mais a tratar encerra a presente reunião, e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.



José Dimas Pereira

Presidente



Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva

